

A TRAJETÓRIA DO TRIGO NO BRASIL E O SEU PAPEL NAS RELAÇÕES COMERCIAIS E INSTITUCIONAIS ENTRE BRASIL E ARGENTINA



Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

Presidente-Diretor da Companhia Nacional de Abastecimento

Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra

Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

Marcus Luis Hartmann

Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

Fernando José de Pádua Costa Fonseca

Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

Waldenor Cezário Mariot

Diretora-Executiva de Política Agrícola e Informações

Cleide Edvirges Santos Laia

Superintendência de Gestão da Oferta (Sugof)

Wellington Silva Teixeira

A TRAJETÓRIA DO TRIGO NO BRASIL E O SEU PAPEL NAS RELAÇÕES COMERCIAIS E INSTITUCIONAIS ENTRE BRASIL E ARGENTINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA OFERTA

Responsável técnico: Rodrigo Gomes de Souza

Brasília, janeiro de 2019



Copyright © 2019 – Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
Disponível também em: <<http://www.conab.gov.br>>
ISSN: 2448-3710

Compêndio de Estudos da Conab: publicação da Companhia Nacional de Abastecimento cujo objetivo é promover o debate e a circulação de conhecimento nos segmentos da agropecuária, abastecimento e segurança alimentar e nutricional.

Responsável Técnico: Rodrigo Gomes de Souza
Revisor: Wellington Silva Teixeira

Revisão ortográfica: Débora Miziara
Projeto gráfico: Guilherme Rodrigues
Ilustração e diagramação: Samuel Walber

Normalização: Thelma Das Graças Fernandes Sousa – CRB-1/1843

Catálogo na publicação: Equipe da Biblioteca Josué de Castro

338.43(81)(05)

C737c Companhia Nacional de Abastecimento.

Compêndio de Estudos Conab / Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1 (2016-).
- Brasília: Conab, 2016-

Irregular

Disponível também em: <http://www.conab.gov.br>

ISSN: 2448-3710

1. Agricultura. 2. Abastecimento. 3. Segurança alimentar. 4. Agronegócio. I. Título

Distribuição gratuita:

Companhia Nacional de Abastecimento

SGAS Quadra 901 Bloco A Lote 69, Ed. Conab - 70390-010 – Brasília – DF

(61) 3312.6249

<http://www.conab.gov.br> / sugof@conab.gov.br

SUMÁRIO

Introdução.....	06
Revisão Bibliográfica.....	09
Metodologia.....	10
Resultados.....	12
Conclusões.....	17
Referências	18
Apêndices.....	20

INTRODUÇÃO

De acordo com Mendes e Padilha Júnior (2007), o agronegócio consiste na soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, no processamento, armazenamento e distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados. Para os autores, o agronegócio está dividido em fornecedores de insumos e bens de produção, produção agropecuária, processamento e transformação, serviços de apoio, distribuição e consumo.

O consumo desses produtos assume um papel preponderante no contexto da atividade agropecuária, visto que é considerado como último elo da cadeia e, ao mesmo tempo, torna-se o start para um novo ciclo de produção.

O Brasil tornou-se um dos principais produtores e exportadores de alimentos do mundo nos últimos anos, fato impulsionado pelo elevado crescimento mundial e pela abertura dos mercados ocorrida nas últimas décadas. Nesse sentido, espera-se que o Brasil cultive aproximadamente 63 milhões de hectares ao longo da safra 2018/19, a maior área plantada com grãos da história do país, que deverá totalizar uma produção de até 238 milhões de toneladas, com destaque para as áreas de soja e milho, cujas produções estão estimadas em 119 e 90 milhões de toneladas, respectivamente (CONAB, 2018).

Wilkinson (2010) afirma que o Brasil possui uma área cultivável de 340 milhões de hectares, sendo aproximadamente 63 milhões dedicados aos cultivos e 200 milhões estão alocados como pastagens. Além disso, o país ainda dispõe de aproximadamente 77 milhões de hectares de fronteira agrícola, sem que haja necessidade de desmatar a floresta Amazônica ou o Pantanal. Tal fato demonstra o quanto a agricultura brasileira poderia crescer nos próximos anos, sobretudo se consideramos possíveis evoluções de produtividade e agregação de valor à produção agropecuária.

Ainda que possua enorme potencial agropecuário, o Brasil é um exemplo de país que recorre às importações para atendimento de suas necessidades de consumo. Isso ocorre pelo fato do país ainda não ter alcançado um alto nível de tecnologia para todos os produtos, assim como ocorreu com a produção de frango, suínos, soja, cana-de-açúcar e laranja (MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007).

O satisfatório atendimento das necessidades de alimentação de uma nação se faz necessário para que esta garanta a sua soberania. De acordo com a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, em seu Art. 3º, a segurança alimentar e nutricional:

“Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

A segurança alimentar está intimamente ligada à disponibilidade do alimento, tal como o acesso a ele e a sua utilização apropriada, sendo esta afetada por fatores como a disponibilidade de água potável, educação e saúde. A insegurança alimentar pode ser temporária ou crônica e sua superação se dá por meio de adequadas estratégias e políticas públicas que garantam o fornecimento de alimentos (MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007).

De acordo com Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA (2018), estima-se que no mundo será cultivada com trigo uma área de 217 milhões de hectares, comportando uma produção de 734 milhões de toneladas na safra 2018/19, sendo tal volume o menor dos últimos

quatro anos, o que resultará em um maior consumo dos estoques e manterá os preços do produto e seus derivados em patamares elevados. A previsão é de que a demanda doméstica gire em torno de 743 milhões de toneladas.

O Brasil ocupa a 19^o colocação na produção mundial de trigo e, em contrapartida, é o 11^o maior consumidor do grão, com processamento médio de 10,6 milhões de toneladas por ano (USDA, 2018; CONAB, 2018).

O cultivo do trigo brasileiro está situado majoritariamente na região Sul, responsável por pouco mais de 87% da produção nacional, onde destacam-se os estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Nesses estados, a safra de trigo 2017/18 sofreu diversas intempéries climáticas que culminaram na redução da produção e na perda da qualidade do grão. Foram colhidas apenas 4,26 milhões de toneladas, representando uma redução de 37% em relação ao recorde da safra anterior, quando o Brasil colheu 6,73 milhões de toneladas. Essa quebra se deu em função do elevado volume de chuvas no plantio, seca ao longo do período de desenvolvimento vegetativo, geadas durante floração e enchimento de grãos e altas umidades na colheita. No ano seguinte, ainda que tenha crescido 28,4% na comparação com a temporada anterior, a safra 2018/19 passou por diversos problemas climáticos, que resultaram em perdas quanti-qualitativas em sua produção, estimada em 5,47 milhões de toneladas (CONAB, 2018).

Uma vez que a produção brasileira de trigo não atende suficientemente à demanda interna, o país se vê obrigado a realizar periódicas importações deste produto e demais derivados, destacando a Argentina como principal fornecedor do produto estrangeiro. Conforme dados divulgados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) (2018), o país vizinho foi responsável pelo fornecimento de 5.043 mil toneladas de trigo para o Brasil ao longo do ano de 2017, o que representa 83,7% do total internalizado pelo país no período. Observa-se ainda que a soberania da participação argentina ocorreu de forma regular ao longo das últimas décadas, salvo durante os momentos em que a produção do país vizinho sofreu baixas por problemas climáticos. Complementarmente, ainda que com menor expressividade, o Brasil importa trigo dos Estados Unidos, Canadá, Paraguai, Uruguai, entre outros.

Conforme dados divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD-FAO), citada por Gasques (2017), o Brasil deverá produzir 7,8 milhões de toneladas em 2024, com um consumo da ordem de 12,3 milhões de toneladas. Deste modo, para atendimento da demanda interna será necessário importar 6,2 milhões de toneladas de trigo, valor situado na faixa já observada nos últimos anos, entre 5,5 e 7,0 milhões de toneladas.

Um dos fatores mais limitantes à autossuficiência da produção brasileira é o alto custo de produção, destacadamente no que tange o consumo de fertilizantes, visto que a cultura do trigo exige uma grande quantidade de matéria orgânica no solo, problema que não ocorre em solos argentinos, tornando o trigo estrangeiro mais competitivo (JESUS JÚNIOR, SIDONIO e MORAES, 2011). De acordo com os dados do Projeto Agribenchmark Cash Crop, citado por Barros (2017), os custos de produção na Argentina oscilaram entre US\$ 100/t e US\$ 150/t ao longo dos anos de 2015 e 2016, enquanto que os custos totais da produção brasileira de trigo atingiram US\$ 450/t.

Além disso, a triticultura nacional enfrenta problemas logísticos e de armazenagem, transporte de cabotagem ineficiente, pouca liquidez na comercialização, incertezas climáticas, falta de coordenação ao longo da cadeia e políticas públicas mal direcionadas, o que torna o setor pouco competitivo (JESUS JÚNIOR, SIDONIO e MORAES, 2011).

Pode-se citar como um factível caminho à autossuficiência o desenvolvimento da produção nas regiões Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, a partir do cultivo de variedades adaptadas, já desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Considerando o

potencial produtivo nas regiões supracitadas, inclusive as de adaptação da cultura, torna-se possível elevar substancialmente a produção nacional, quando comparado aos volumes produzidos nos últimos anos (FARIAS *et al.*, 2016).

A necessidade da definição de uma política pública específica para o setor tritícola nacional que objetive garantir o abastecimento e eliminar a dependência do trigo importado se configura um desafio para a ampliação da produção nacional, sobretudo pelos altos custos de produção e os preços médios recebidos pelos produtores abaixo dos preços mínimos de garantia, determinados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) (CAMPONOGARA *et al.*, 2015).

Uma vez que não se percebeu um significativo avanço na produção brasileira ao longo das últimas décadas e diante da relevância que a cesta de produtos do setor tritícola possui nas ligações comerciais entre Brasil e Argentina, faz-se necessário observar como os mais diversos setores e instituições agem sobre a manutenção do Brasil como principal destino das exportações do trigo argentino. Nesse sentido, objetiva-se com o presente estudo, caracterizar a trajetória do trigo no Brasil e a dinâmica das relações comerciais que envolvam as importações de trigo em grãos e farinha de trigo argentinos, assim como possíveis correlações com a exportação de bens a partir do Brasil. Além desta introdução, o artigo contempla o referencial teórico, a metodologia empregada, os resultados encontrados e, finalmente, algumas considerações acerca do que foi proposto pelo estudo.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

De acordo com North (1991), instituições são definidas como sendo as restrições criadas pela humanidade que dão suporte às interações políticas, econômicas e sociais, disponibilizando uma estrutura que incentiva a economia e direciona mudanças no sentido do crescimento, manutenção ou declínio econômico. Nesse sentido, as partes interessadas buscam reduzir seus custos de transação de modo potencializar seus ganhos, cabendo ainda a aplicação de restrições econômicas formais por parte de instituições políticas. O autor explica que com a evolução dos meios de comercialização, houve um aumento nos problemas de agência e a negociação e execução de contratos em partes estranhas do mundo tornou-se mais difícil.

Jensen e Meckling (1976) definem uma relação de agência como “um contrato sob o qual uma ou mais pessoas (o(s) principal(is)) emprega uma outra pessoa (agente) para executar em seu nome um serviço que implique a delegação de algum poder de decisão ao agente”.

Flingstein (1996) argumenta que as instituições são regras compartilhadas sob a forma de leis ou entendimentos coletivos, mantidas por acordos personalizados, explícitos ou tácitos no que tange os direitos de propriedade, estruturas de governança, regras de troca e concepções de controle.

Para Hodgson (2006), as instituições constituem o material da vida social, sendo suas interações estruturadas sobre regras explícitas ou implícitas.

De acordo com Di Maggio, 1989, Di Maggio e Powell, 1991, citados por Flingstein (1996), a teoria institucional preconiza que seus empreendedores contam com a ajuda de poderosos interesses organizados, dentro e fora do Estado, para criarem novos conjuntos de arranjos sociais.

As estruturas sociais dos mercados e a organização das empresas são consideradas como alternativas para a diminuição dos efeitos da competição entre as empresas, e que formação do mercado é parte da construção do Estado. Este, quando moderno e capitalista, cria condições de estabilidade para os mercados (FLINGSTEIN, 1996), que com a especialização internacional e a divisão do trabalho exigem que as instituições e organizações protejam seus direitos de propriedade (NORTH, 1991).

No contexto das transações comerciais internacionais, barreiras tarifárias (licenças, cotas e tarifas sobre importações) são utilizadas como forma de equilibrar fatores comparativos entre organizações e nações (MIRANDA apud THOMÉ, K. *et al*, 2013).

METODOLOGIA

Utilizou-se majoritariamente nesse estudo a técnica de investigação quanti-qualitativa acerca da trajetória do trigo no Brasil e sua importância na balança comercial entre Brasil e Argentina, contextualizando as ocorrências conjunturais com as ações das instituições públicas nos dois países. De acordo com Goldenberg (1997), a adoção de uma abordagem qualitativa se opõe ao princípio de que se deve ter um único modelo de pesquisa para todas as ciências, tal como no modelo positivista de Augusto Comte (1798-1857), já que cada uma delas possui sua especificidade e necessita de uma metodologia própria.

Os métodos qualitativos buscam respostas, sem quantificar valores e trocas simbólicas, nem as submetem a provas, uma vez que os dados não são métricos e podem ser abordados de diferentes formas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). De acordo com as autoras, esse tipo de pesquisa tem como principais características:

“A objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências”.

Segundo Fonseca, citado Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa quantitativa se difere da qualitativa por conseguir quantificar seus resultados, recorrendo à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno e as relações entre as mais diversas variáveis. Para o autor, a associação entre as pesquisas quantitativas e qualitativas permite coletar um maior número de informações, quando comparado com a utilização isolada destes métodos.

Neste estudo foi utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica, a partir de artigos científicos, livros, jornais e informativos conjunturais de empresas públicas e privadas. Adicionalmente, foram coletados dados acerca da balança comercial brasileira para diversos produtos junto ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), além de dados de produção nacional e internacional junto ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Optou-se por não considerar a quantidade negociada, mas sim os valores envolvidos nas transações, em US\$ FOB (Free on Board). Tal medida visou propiciar uma melhor comparação entre os itens e grupos contemplados no trabalho.

Com o intuito de investigar previamente alguma relação entre os produtos componentes do fluxo de mercadorias entre os dois países, foram elaboradas, com o auxílio do software estatístico IBM SPSS – v. 25, algumas análises de correlação entre as importações de trigo em grãos, farinha de trigo e o somatório entre essas variáveis, com itens e grupos constantes na cesta de produtos exportados do Brasil para a Argentina. Procurou-se não realizar um maior refinamento nos dados obtidos, visto que foi priorizada uma investigação mais ampla, que aborde um maior volume de produtos no período compreendido entre janeiro de 1997 e dezembro de 2017.

As análises foram realizadas com periodicidade mensal ou anual, sendo esta escolha condicionada a disponibilidade de dados e a sazonalidade da produção agrícola, que dificulta a realização de uma comparação a nível mensal, por exemplo. É importante salientar que esta parte do trabalho restringe-se à medição do coeficiente de correlação entre as variáveis e sua respectiva classificação de acordo com o teste de Kappa, utilizado para descrever se há ou não concordância entre dois ou mais avaliadores ou métodos de classificação (UFPR, 2018). Os critérios para avalia-

ção podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1 – Escala do Índice de Kappa

ÍNDICE DE KAPPA	NÍVEL DE CONCORDÂNCIA
< 0,0	Inexistente
0,0 - 0,2	Fraca
0,2 - 0,4	Regular
0,4 - 0,6	Moderada
0,6 - 0,8	Boa
0,8 - 1,0	Excelente

Fonte: Adaptado de Landis JR, Koch GG (1977)

A obtenção desses dados visa fornecer subsídios para pesquisas futuras, em abordagens mais específicas e detalhadas sobre os produtos de maior relevância nesse contexto.

Para Mariano *et. al.* (2013), a correlação é um parâmetro que visa indicar o grau em que duas variáveis são correspondentes, ou seja, mostra a intensidade da relação mútua entre os dois conjuntos de dados.

No caso paramétrico, utiliza-se usualmente o coeficiente de correlação r de Pearson, que por sua vez exige ao menos a mensuração de escores ao nível intervalar, além de que estes provenham de uma distribuição normal. Uma vez que essas suposições não são atendidas, deve-se utilizar coeficientes de correlação não-paramétricos, como o de Spearman e o Tau de Kendall (UFPR, 2018). Para Lira (2004), o coeficiente de correlação de Spearman é o mais antigo e o mais conhecido para variáveis que são mensuradas em nível ordinal, sendo representado pela letra grega “ ρ ”. Diferentemente do coeficiente de Pearson, não exige que as variáveis sejam lineares ou quantitativas. O coeficiente de correlação por postos de Kendall assemelha-se com o de Spearman por também ser utilizado para dados ordinais e sua representação é dada pela letra grega “ τ ”. Sua vantagem em relação ao Spearman é que pode ser generalizado até um coeficiente de correlação parcial.

Após realização de alguns testes sobre os dados disponíveis, percebeu-se que estes não apresentam homocedasticidade, assim como não apresentam distribuição normal, ou seja, foram rompidos alguns requisitos da correlação de Pearson (paramétrica). Desta forma, utilizou-se nesse estudo apenas correlações não-paramétricas, cujos resultados são apresentados a seguir.

RESULTADOS

O cultivo do trigo surgiu no Brasil em 1534, momento em que Martim Afonso de Sousa trouxe as primeiras sementes de trigo e cevada para serem plantadas na Capitania de São Vicente e posteriormente nas demais, chegando até à Ilha de Marajó, no estado do Pará (CAFÉ *et al.*, 2003).

A expansão da cultura foi dificultada pelo clima quente, o que gerou a falta generalizada do trigo até o cereal passar a ser produzido no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XVII. O Brasil foi o primeiro país das Américas a exportar o grão, antecipando-se aos Estados Unidos, Argentina e Uruguai, sobretudo devido às lavouras cultivadas em São Paulo, Rio Grande do Sul e outras regiões. Todavia, no início do século XIX, houve o surgimento da ferrugem, que dizimou os triguais (ABITRIGO, 2017; CAFÉ *et al.*, 2003).

A partir daí o Brasil não mais conseguiu atender à demanda interna apenas com a produção nacional, sendo necessário realizar periódicas importações do grão e seus derivados provenientes de diversos países, destacadamente a Argentina. Naquele momento a cultura do trigo quase desapareceu no Brasil, com a abertura dos portos às nações amigas e o maior volume de farinha de trigo importada dos Estados Unidos (CUNHA apud ROSSI; NEVES, 2004).

Apenas nos anos 1920 o plantio foi retomado no Rio Grande do Sul e, duas décadas depois, as plantações foram expandidas até o Paraná, maior produtor nacional na atualidade. (ABITRIGO, 2017; CAFÉ *et al.*, 2003).

O estímulo governamental à produção surgiu no início do século XX, tornando-se mais evidente a partir do final da década de 1930, quando os moinhos foram obrigados a consumir um percentual mínimo de 5% em relação ao total de trigo importado. Dentre as diversas medidas adotadas destacou-se, em 1938, a fixação de um preço mínimo para o trigo nacional, que juntamente com a criação do CTRIN (Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional) em 1962, contribuiu para o crescimento da produção de 255 mil toneladas para 1 milhão de toneladas de trigo, em 1969 (QUEIROZ apud ROSSI; NEVES, 2004; JACOBSEN apud ROSSI; NEVES, 2004).

Com o objetivo de proteger o setor e sanear o parque moageiro nacional, o governo interferiu ativamente na cultura do trigo, oficializando o monopólio estatal por meio do Decreto-lei nº 210, de 27 de fevereiro de 1967, quando assumiu a responsabilidade por 489 moinhos que registravam ociosidade média de 75% (ABITRIGO apud ROSSI; NEVES, 2004).

A forte participação estatal é encerrada em 1990, a partir da liberalização do mercado de trigo no Brasil, fato impulsionado pela criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991, promovendo um aumento das importações do trigo argentino, uruguaio e paraguaio (GREGORI; BRUM, 2010).

As relações bilaterais entre Brasil e Argentina iniciaram-se no século XIX, num momento de instabilidade estrutural compreendido entre os anos de 1810 e 1898. A Argentina vivia uma disputa partidária que resultou na ruptura com a Espanha, após declaração de sua independência em 9 de julho de 1816. Durante o conflito da Banda Oriental entre os anos de 1825 e 1828, o Uruguai, território que a Argentina supostamente teria direito como sucessora do Vice-Reino do Prata, consegue sua independência. Naquele instante o país passa a perceber a negatividade da atuação brasileira, visto que também poderia resultar na perda do Paraguai e de parte da região de Missões (CANDEAS, 2005).

Entre os anos de 1898 e 1961 as relações entre os dois países se deram sob forte insta-

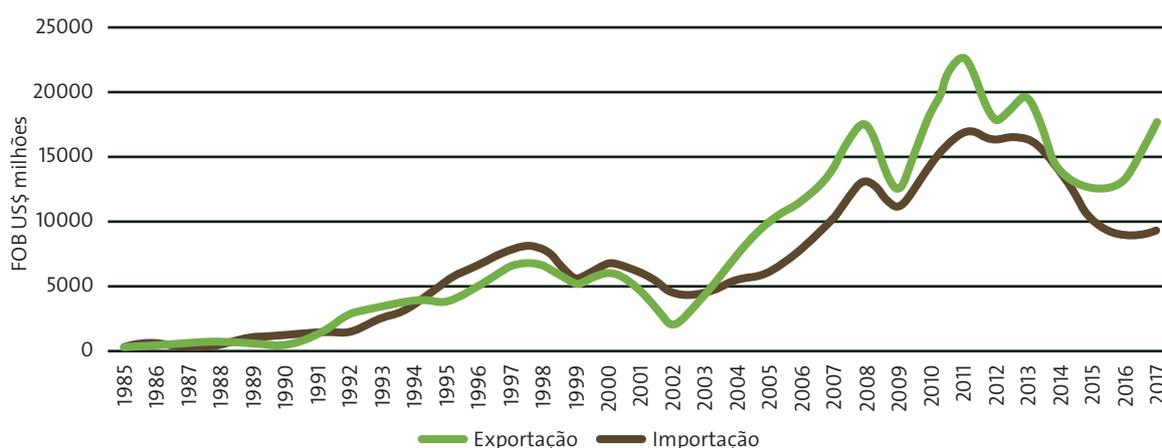
bilidade conjuntural e a busca de cooperação com movimentos de rivalidade, iniciando com o firmamento do Tratado de Fronteira com o Brasil, em 1898, com a posterior abertura do período de aproximação bilateral. Nesse período, a aproximação brasileira com os Estados Unidos e o tratamento tarifário diferenciado entre esses países acabou deslocando as exportações argentinas, que por sua vez passou a impor medidas fitossanitárias sobre as exportações brasileiras para o seu território. O fato de ter assumido posição de neutralidade nas duas grandes guerras mundiais fez com que o país se mantivesse isolado no continente, deteriorando suas relações com os Estados Unidos, líder ao qual o Brasil era aliado. Em 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi criado o Grupo de Cooperação Industrial Brasil-Argentina, cujo principal objetivo era estimular o intercâmbio de bens manufaturados (CANDEAS, 2005).

Um momento de instabilidade conjuntural com predomínio da rivalidade ocorre entre os anos de 1962 e 1979, vez que se aumenta o clima de convulsão política entre governo e forças armadas argentinas, que culminou no golpe militar de 1966 e na ditadura de 1976, com posterior estagnação das relações com o Brasil. O avanço da industrialização brasileira ampliava a sua hegemonia no continente, contrastando com a instabilidade política e econômica argentina, potencializando o sentimento de rivalidade e desconfiança entre os países (CANDEAS, 2005).

Em meados dos anos de 1980, iniciou-se uma nova fase no âmbito das relações bilaterais entre Brasil e Argentina, fazendo com que a histórica rivalidade entre os países desse lugar a uma parceria de caráter estratégico. A partir da criação do Mercosul o papel das instituições passou a ser mais preponderante, destacadamente no tocante as relações comerciais entre Brasil e Argentina, principais integrantes do bloco.

Observando dados da balança comercial entre os dois países a partir de 1985, nota-se que eles revesaram-se na posição de superavitário até 1994 e, a partir do ano seguinte, a Argentina passou a obter saldos positivos constantes até o final do último mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2002. A transição definitiva do Brasil para a posição soberana se deu no ano seguinte, inclusive com um contínuo e acentuado aumento do gap entre as entradas e saídas de mercadorias no país, conforme apresentado na Gráfico 1 (MDIC, 2018).

Gráfico 1 – Importações e exportações do Brasil a partir da/com destino à Argentina



Fonte: MDIC (2018)

Uma vez que a Argentina percebeu um significativo aumento do fluxo de produtos a partir do Brasil, o governo Kirchner recorreu a medidas de proteção comercial contra importações de produtos manufaturados do país vizinho (BATISTA JR., 2008). Nota-se que a imposição de barreiras com vistas a frear a entrada de outros produtos é vista como uma reação à mudança conjuntural na balança comercial entre os dois países, sem que necessariamente essa alteração seja explicitada como sua causa. Na tentativa de comprovar a influência exercida pelo equilíbrio da balança comercial entre os dois países, foi realizada a primeira correlação entre as variáveis importação e exportação total, utilizando os dados anuais entre os anos de 1985 e 2017.

CORRELAÇÃO 1: EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO TOTAL ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Periodicidade: Anual (1985 – 2017)

Nº de observações: 33

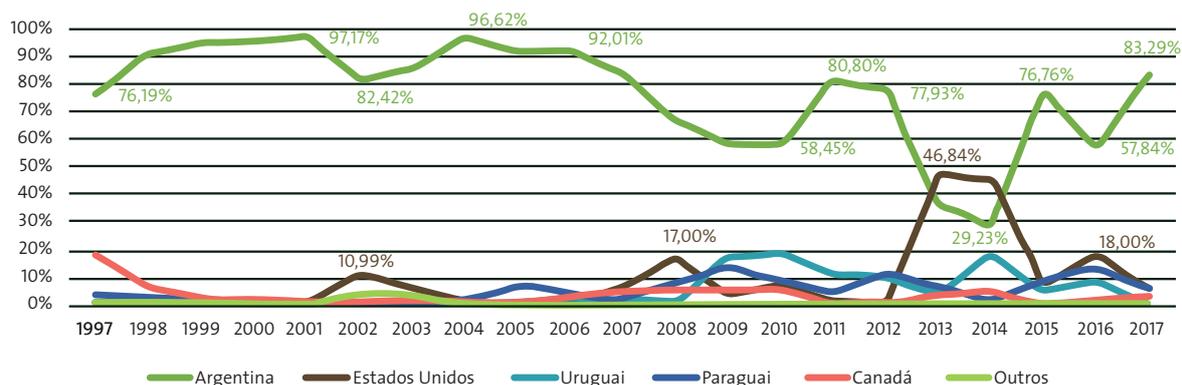
Conclusão: De acordo com a escala de referência, há uma excelente correlação entre os volumes importados e exportados do Brasil para a Argentina, de modo que qualquer alteração significativa que faça a balança comercial pender para um dos lados poderá gerar conflitos comerciais entre os países, assim como foi verificado na década do ano 2000.

De acordo com o MDIC (2018) o Brasil importou, no período compreendido entre 1997 e 2017, o equivalente a US\$ FOB 206,2 bilhões a partir da Argentina, com uma pauta de produtos pouco diversificada. Numa análise mais apurada, percebe-se que 50,6% do total internalizado concentra-se em apenas 16 NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul), com destaque para o trigo em grãos e a farinha de trigo, responsáveis por 8,97% e 0,99% do total internalizado pelo país no período, conforme apresentado no Apêndice A.

Nota-se por outro lado, que a pauta de produtos brasileiros exportados para a Argentina no mesmo período é bem mais diversificada. No caso brasileiro, 50 itens são necessários para compor metade do valor internalizado pelo país vizinho, conforme indicado no Apêndice B.

No que tange as negociações de trigo em grãos, o país vizinho participou com uma média anual de 76,85% do total internalizado pelo Brasil, mantendo-se na liderança por praticamente todo o período analisado (MDIC, 2018). Isso se justifica, em grande medida, pela não cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) de 10% nas importações de trigo de países integrantes do Mercosul, além dos já conhecidos menores custos de produção, que tornam o trigo argentino mais competitivo. A exceção dessa “regra” se deu ao longo dos anos de 2013 e 2014, vez que houve uma significativa queda na produção argentina por problemas climáticos, conforme pode ser observado no Gráfico 2. Assim como fora previsto no Tratado de Assunção, a TEC foi implementada a partir do primeiro mês do ano de 1995, de forma a priorizar as negociações formadas dentro do bloco do Mercosul (MDIC, 2018b).

Gráfico 2 – Participação por país nas vendas de trigo em grãos para o Brasil



Fonte: MDIC (2018)

Diante daquela conjuntura, o Governo Federal isentou a cobrança da TEC e, além disso, iniciou algumas operações de venda de estoques públicos como intuito de conter a crescente elevação nos preços dos derivados, tal como pães, massas e biscoitos. Essa medida iniciou-se em abril de 2013 e perdurou até novembro daquele mesmo ano, momento da colheita do trigo nos principais estados produtores.

Na tentativa de encontrar alguma relação entre o volume de trigo internalizado pelo Brasil e a comercialização de produtos brasileiros para a Argentina foi realizado o segundo teste, avaliando individualmente a interação dos 50 principais componentes da cesta de produtos brasileiros exportados, aqui denominados I_Top_50, com o volume internalizado de trigo em grãos e farinha de trigo pelo Brasil.

CORRELAÇÃO 2: IMPORTAÇÃO DE TRIGO EM GRÃOS E FARINHA DE TRIGO X I_Top_50

Periodicidade: Mensal (Jan/1997 – Dez/2017)

Nº de observações: 252

Conclusão: Apesar da dificuldade em se estabelecer uma relação de causa e efeito sobre as negociações mensais entre os dois países, considerando a sazonalidade na produção tríticola, foi possível observar que há, no máximo, correlações regulares entre o trigo em grãos e os produtos do I_Top_50. Por outro lado, observou-se que de fato há uma boa correlação entre as importações da farinha de trigo argentina e as exportações de produtos brasileiros, com destaque para as NCMs 87087090 - Outras rodas, suas partes e acessórios, para veículos automóveis; 87083090 - Outros freios e partes, para tratores/veículos automóveis e 87085080 - Eixos de transmissão com diferencial para veículos automóveis.

Foi realizada uma terceira análise, dessa vez com os produtos agrupados por CUCI (Classificação Uniforme de Comércio Internacional), sendo selecionados os 50 grupos mais preponderantes, aqui denominados G_Top_50, com o volume internalizado de trigo em grãos e farinha de trigo pelo Brasil, conforme elencados no Apêndice C. A principal vantagem em se utilizar a amostra por grupos está diretamente relacionada à relevância que os dados assumem, visto que o somatório dos grupos considerados no estudo atinge um percentual próximo a 80% do total exportado pelo Brasil para o país vizinho.

CORRELAÇÃO 3: IMPORTAÇÃO DE TRIGO EM GRÃOS E FARINHA DE TRIGO X G_Top_50

Periodicidade: Mensal (Jan/1997 – Dez/2017)

Nº de observações: 252

Conclusão: De forma semelhante ao que fora concluído a partir da segunda análise, o teste por grupos também contribuiu para constatação da boa correlação entre o volume de farinha importado e o volume de alguns bens exportados pelo Brasil, onde destacam-se os itens 699 - Artigos de metais comuns, n.e.p.; 784 - Partes e acessórios dos veículos automóveis dos grupos 722, 781, 782 e 783; 778 - Máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.p.; 893 - Artigos, n.e.p., de plásticos; 713 - Motores de pistão, e suas partes, n.e.p. e 657 - Fios especiais, tecidos especiais e produtos relacionados.

Finalmente, foi realizada uma quarta análise, considerando dados anuais de exportação por grupos de fator agregado, tal como produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados, no período compreendido entre 1989 e 2017.

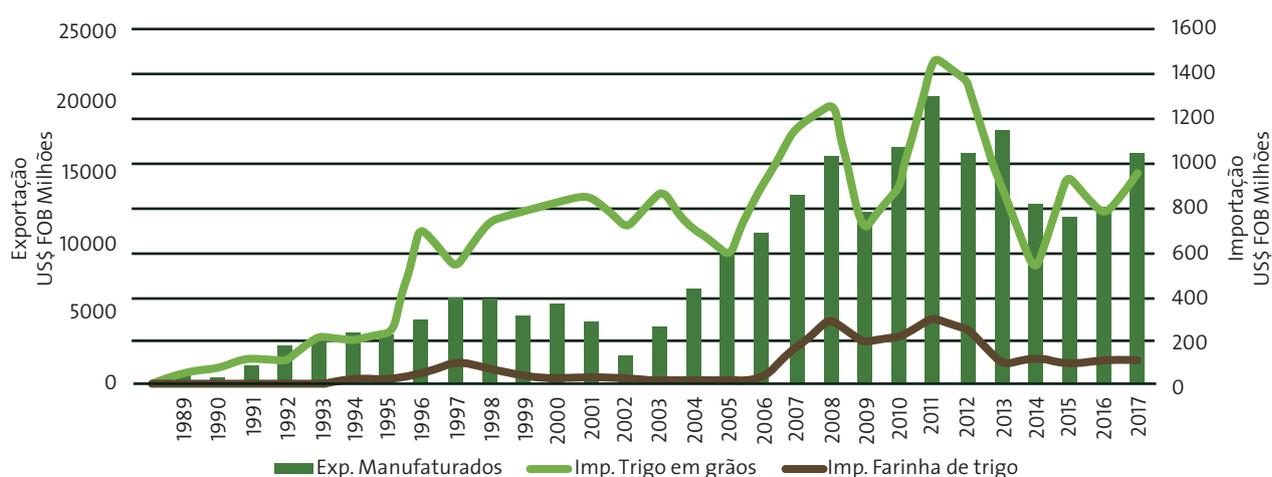
CORRELAÇÃO 4: IMPORTAÇÃO DE TRIGO EM GRÃOS E FARINHA DE TRIGO X GRUPO F.A.

Periodicidade: Anual (1989 – 2017)

Nº de observações: 29

Conclusão: Ainda que haja um número bastante reduzido de observações neste teste, percebe-se que a exportação de bens manufaturados está fortemente relacionada com a importação de farinha de trigo para o Brasil (Kappa = 0,886), o que pode ser melhor compreendido a partir da visualização do Gráfico 3.

Gráfico 3 – Exportação de bens manufaturados x importação de grãos e farinha (1989-2017)



Fonte: MDIC (2018)

CONCLUSÕES

A partir dos dados levantados e dos testes realizados, é possível confirmar o papel preponderante dos produtos oriundos da atividade tritícola na balança comercial brasileira e argentina. Nota-se ainda que o equilíbrio no fluxo de bens e serviços entre as maiores potências do Mercosul demanda ações contínuas de governos e empresas e que qualquer aumento excessivo de vantagem para um dos lados potencializará desconfortos institucionais entre estes países. Observou-se que as maiores correlações são encontradas entre a importação da farinha de trigo argentina e a exportação de produtos manufaturados brasileiros, sobretudo nos setores automobilísticos e de máquinas elétricas. Esse estudo, no entanto, serviu para indicar que há campo para maiores investigações acerca do tema, com a utilização de um ferramental estatístico mais robusto e que também aborde simulações acerca de uma possível retirada do trigo em grãos e farinha de trigo da pauta de importações brasileiras e suas implicações institucionais entre empresas e governos brasileiro e argentino. Deste modo será possível avaliar com mais propriedade a viabilidade do caminho pela autossuficiência da produção tritícola nacional.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DO TRIGO. **O trigo na história**. Disponível em: <http://www.abitrigo.com.br/trigo-na-historia.php>. Acesso em: 16 set. 2017.
- BARROS, G. (Coord.). Análise econômica semanal - trigo. **Informativo Cepea**, Piracicaba/SP, ed. 522, ano 9, dez. 2017.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Poder Executivo, Brasília, DF, ano 143, n. 179, p. 1-2, 18 set. 2006.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Alice Web)**. Brasília: MDIC, 2018a. Disponível em: <http://aliceweb.mdic.gov.br/>. Acesso em: 04 jun. 2018.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Tarifa externa comum - TEC (NCM)**. Brasília: MDIC, 2018b. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior-9>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- BRUM, A. L.; MÜLLER, P. K. **O comércio internacional e a cadeia produtiva do trigo no Brasil**, Passo fundo, 2004. Disponível em: www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/mo6to2.pdf. Acesso em: 16 set. 2017.
- CAFÉ, S. L. et al. Cadeia Produtiva do Trigo. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 193-220, 2003.
- CAMPONOGARA, A. et al. O atual contexto da produção de trigo no rio grande do sul. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 246-257, mai./ago. 2015.
- CANDEAS, A. W. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, p. 178-213, 2005.
- COASE, R. H. The nature of the firm. **Economica**, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos**, Brasília, v. 6, safra 2018/19, n. 2, segundo levantamento, nov. 2018. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- FLINGSTEIN, N. Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions. **American Sociological Review**, p. 656-673, 1996.
- GASQUES, J. G. et al. **Brasil projeções do agronegócio 2016/2017 a 2026/2027**. 8 ed. Brasília: MAPA, 2017. 105 p.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GREGORI, C. D.; BRUM, A. L. O Trigo e a Estrutura Fundiária no Brasil: Um Diagnóstico da Região Sul. **D. estudos setoriais, cadeias produtivas, sistemas locais de produção**, Passo fundo, 2010. Disponível em: cdn.fee.tche.br/eeg/5/74.rtf. Acesso em: 16 set. 2017.

HODGSON, G. M. **What are institutions?** *Journal of Economic Issues*, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Taxa de Câmbio Nominal**. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38389>. Acesso em: 04 jun. 2018.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 1976.

JESUS JÚNIOR, C.; SIDONIO, L.; MORAES, V. E. G. Panorama das importações de trigo no brasil. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 389-420, 2011.

LANDIS, J.R.; KOCH, G.G. The measurements of observer agreement for categorical data. *Biometrics*, v. 33, p. 159-174, 1977

LIRA, S. A. **Análise de correlação: abordagem teórica e de Construção dos coeficientes com aplicações**. 2004. 209 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Curso de Pós-Graduação em Métodos Numéricos em Engenharia dos Setores de Ciências Exatas, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2004.

MACADAR, B. As relações comerciais Brasil-Argentina: evolução recente. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 65-76, 2009.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JÚNIOR, J. B. **Agronegócio: Uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 369 p.

MARIANO, M. V. et al. Estatística indutiva. Piracicaba: Esalq-USP, 2013. 128 p.

NORTH, D. C. Institutions. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

ROSSI, R. M.; NEVES, M. F. (Coord.). **Estratégias para o trigo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004. 224 p.

THOME, K. M.; REIS, R. P.; PAIVA, F. D. Mercado de Carnes Brasil-Rússia: Uma Análise a Partir da Perspectiva da Nova Economia Institucional. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 15, p. 75-86, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Análise de correlação e medidas de associação**. Paraná: UFPR, 2017. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~jomarc/correlacao.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Production, Supply and Distribution**. Washington, DC: USDA, 2018. Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/about>. Acesso em: 20 nov. 2018.

WILKINSON, J. Transformações e perspectivas dos agronegócios brasileiros. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 39, supl. esp, p. 26-34, 2010.

APÊNDICE A

Pauta de produtos de origem argentina importados pelo Brasil (1997-2017)

RANKING	CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO NCM	VALOR FOB (US\$)	%
			206.210.794.366	100,00%
1	87042190	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	19.725.054.754	9,57%
2	10019090; 10019900; 10011090; 10019010; 10011900	Trigo em grãos	18.506.809.776	8,97%
3	87032310	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm ³ <= 3000, até 6 passageiros	17.917.148.154	8,69%
4	87032100	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm ³	8.399.127.239	4,07%
5	27101141	Naftas para petroquímica	7.157.664.671	3,47%
6	87032210	Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm ³ , mas não superior a 1.500 cm ³ , com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a seis, incluindo o motorista	6.867.784.898	3,33%
7	27090010	Óleos brutos de petróleo	4.584.194.811	2,22%
8	87084090	Partes de caixas de marchas	3.058.867.947	1,48%
9	11071010	Malte não torrado, inteiro ou partido	3.044.826.506	1,48%
10	87043190	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	2.844.261.482	1,38%
11	27111300	Butanos liquefeitos	2.206.751.088	1,07%
12	87033390	Automóveis com motor diesel, cm ³ > 2500, superior a 6 passageiros	2.096.220.009	1,02%
13	11010010	Farinha de trigo	2.045.830.954	0,99%
14	27101241	Naftas para petroquímica	2.006.747.617	0,97%
15	04022110	Leite integral, em pó, com um teor, em peso, de matérias gordas, superior a 1,5 %, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes	1.946.848.847	0,94%
16	20041000	Batatas, preparadas ou conservadas, exceto em vinagre ou em ácido acético, congeladas	1.928.435.291	0,94%
17	39019090	Outros polímeros de etileno, em formas primárias	1.904.016.986	0,92%
18	33072010	Desodorantes (desodorizantes) corporais e antiperspirantes, líquidos	1.856.207.779	0,90%
19	87084080	Outras caixas de marchas	1.838.826.812	0,89%
20	87021000	Veículos automóveis para transporte de dez pessoas ou mais, incluindo o motorista, com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel)	1.702.288.732	0,83%
		Outros	94.572.880.013	45,86%

Fonte: MDIC (2018)

Nota: Optou-se por unificar os valores referentes ao trigo em grãos, visto que tratam-se do mesmo produto, ainda que com NCMs diferentes.

APÊNDICE B

Pauta de produtos de origem brasileira importados pela Argentina (1997-2017)

RANKING	CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO NCM	VALOR FOB (US\$)	%
			247.764.195.708	100,00%
1	87032310	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm ³ <= 3000, até 6 passageiros	26.359.396.810	10,64%
2	87032210	Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm ³ , mas não superior a 1.500 cm ³ , com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a seis, incluindo o motorista	10.136.678.101	4,09%
3	87042190	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	5.690.482.633	2,30%
4	87042210	Chassis com motor diesel e cabina, 5 toneladas < carga <= 20 toneladas	5.245.311.420	2,12%
5	26011200	Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	4.478.028.293	1,81%
6	87012000	Tratores rodoviários para semi-reboques	4.135.004.377	1,67%
7	87082999	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	3.608.407.943	1,46%
8	26011100	Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piritas de ferro ustuladas (cinzas de piritas), não aglomerados	3.333.355.239	1,35%
9	87089990	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	3.018.318.992	1,22%
10	84073490	Outros motores de explosão, para veículos do capítulo 87, de cilindrada superior a 1.000 cm ³	2.922.395.305	1,18%
11	85171231	Terminais portáteis de telefonia celular	2.727.724.747	1,10%
12	27101922	Fuel oil	2.697.886.352	1,09%
13	28182010	Alumina calcinada	2.545.475.816	1,03%
14	87043190	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	2.389.179.473	0,96%
15	27160000	Energia elétrica	2.300.549.117	0,93%
16	40112090	Outros pneumáticos novos, de borracha, dos tipos utilizados em ônibus ou caminhões	2.269.295.543	0,92%
17	85252022	Terminais portáteis de telefonia celular	2.187.200.454	0,88%
18	87060010	Chassis com motor para veículos automóveis transporte pessoas >= 10	2.100.602.355	0,85%
19	87085080	Eixos de transmissão com diferencial para veículos automóveis	1.919.349.095	0,77%
20	87084090	Partes de caixas de marchas	1.849.438.220	0,75%
21	39012029	Outros polietilenos sem carga, densidade >= 0.94, em formas primárias	1.829.244.580	0,74%
22	39011092	Polietileno sem carga, densidade < 0.94, em forma primária	1.639.996.689	0,66%
23	87032100	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm ³	1.467.797.526	0,59%
24	87083090	Outros freios e partes, para tratores/veículos automóveis	1.449.566.771	0,59%
25	27101921	Gasóleo (óleo diesel)	1.357.450.475	0,55%
26	85443000	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios dos tipos utilizados em quaisquer veículos	1.333.156.509	0,54%
27	87019090	Outros tratores	1.318.866.109	0,53%

continua

RANKING	CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO NCM	VALOR FOB (US\$)	%
28	87033210	Automóveis com motor diesel, 1500 < cm ³ <= 2500, até 6 passageiros	1.224.535.991	0,49%
29	09011110	Café não torrado, não descafeinado, em grão	1.213.631.990	0,49%
30	48041100	Papel e cartão para cobertura, denominados Kraftliner, crus, em rolos ou em folhas	1.185.991.639	0,48%
31	39011010	Polietileno linear, densidade < 0,94, em forma primária	1.166.757.199	0,47%
32	87087090	Outras rodas, suas partes e acessórios, para veículos automóveis	1.161.177.397	0,47%
33	40111000	Pneumáticos novos, de borracha, dos tipos utilizados em automóveis de passageiros (incluindo os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida)	1.147.665.345	0,46%
34	84082090	Outros motores diesel/semidiesel, para veículos do capítulo 87	1.124.002.915	0,45%
35	02032900	Outras carnes de suíno, congeladas	1.099.023.557	0,44%
36	87088000	Amortecedores de suspensão para tratores e veículos automóveis	1.083.078.762	0,44%
37	72104910	Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, folheados ou chapeados, ou revestidos, galvanizados por outro processo, de espessura inferior a 4,75 mm	1.063.544.104	0,43%
38	73051100	Tubos dos tipos utilizados em oleodutos ou gasodutos, soldados longitudinalmente por arco imerso, de seção circular, de diâmetro exterior superior a 406,4 mm, de ferro ou aço	984.559.818	0,40%
39	74081100	Fios de cobre refinado, com a maior dimensão da seção transversal superior a 6 mm	890.201.125	0,36%
40	94019090	Partes para assentos, de outras matérias	870.976.675	0,35%
41	88024090	Outros aviões e outros veículos aéreos, de peso superior a 15.000 kg, vazios	867.772.720	0,35%
42	84143011	Motocompressores herméticos, com capacidade inferior a 4.700 frigorias/hora, dos tipos utilizados nos equipamentos frigoríficos	847.804.994	0,34%
43	87021000	Veículos automóveis para transporte de dez pessoas ou mais, incluindo o motorista, com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel)	833.491.038	0,34%
44	84082030	Motores diesel/semidiesel, para veículos do capítulo 87, 2500 < cm ³ <= 3500	809.059.247	0,33%
45	72071110	Billets de ferro ou aço não ligado, de seção transversal quadrada ou retangular, com largura inferior a duas vezes a espessura, que contenham, em peso, menos de 0,25 % de carbono	788.014.666	0,32%
46	84335100	Colheitadeiras combinadas com debulhadoras	782.274.158	0,32%
47	48102990	Outros papéis e cartões dos tipos utilizados para escrita, impressão ou outras finalidades gráficas, em que mais de 10 %, em peso, do conteúdo total de fibras seja constituído por fibras obtidas por processo mecânico ou químico-mecânico	779.679.324	0,31%
48	87084080	Outras caixas de marchas	779.672.780	0,31%
49	18040000	Manteiga, gordura e óleo, de cacau	739.780.767	0,30%
50	84181000	Combinações de refrigeradores e congeladores (freezers), munidos de portas exteriores separadas	728.678.897	0,29%
		Outros	123.282.661.656	49,76%

APÊNDICE C

Pauta de grupos de produtos de origem brasileira importados pela Argentina (1997-2017)

RANKING	CÓDIGO CUCI GRUPO	DESCRIÇÃO CUCI	VALOR FOB (US\$)	%
			247.764.195.708	100,00%
1	781	Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para transporte de pessoas (exceto veículos automóveis para transporte de dez pessoas ou mais, incluindo o condutor), incluindo station-wagons e carros de corrida	40.385.223.939	16,30%
2	784	Partes e acessórios dos veículos automóveis dos grupos 722, 781, 782 e 783	22.443.098.047	9,06%
3	782	Veículos automóveis para transporte de mercadorias e veículos automóveis para usos especiais	14.533.139.948	5,87%
4	281	Minério de ferro e seus concentrados	8.470.262.758	3,42%
5	713	Motores de pistão, e suas partes, n.e.p.	8.441.516.339	3,41%
6	764	Equipamentos de telecomunicações, n.e.p., e peças, n.e.p., e acessórios de aparelhos abrangidos divisão 76	6.255.052.334	2,52%
7	641	Papel e cartão	5.855.389.476	2,36%
8	783	Veículos rodoviários, n.e.p.	4.968.595.340	2,01%
9	571	Polímeros de etileno, em formas primárias	4.855.342.613	1,96%
10	334	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos); preparações, n.e.p., contendo, em peso, 70% ou mais de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos, estes devem constituir o seu elemento de base; óleos usados	4.715.975.306	1,90%
11	625	Pneus de borracha, bandas de rodagem intercambiáveis para pneumáticos, flaps e câmaras de ar para as rodas de todos os tipos	4.322.324.981	1,74%
12	778	Máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.p.	3.842.416.427	1,55%
13	851	Calçados	2.956.730.643	1,19%
14	285	Minérios de alumínio e seus concentrados (incluindo alumina)	2.786.482.568	1,12%
15	743	Bombas (exceto bombas para líquidos), compressores de ar ou de outros gases e ventiladores; exaustores para extração ou reciclagem, com ventilador incorporado, mesmo não equipados com filtros; centrífugas; aparelhos de filtrar ou depurar; suas partes	2.628.590.689	1,06%
16	721	Máquinas agrícolas (com exceção dos tractores) e suas partes	2.502.719.681	1,01%
17	351	Energia eléctrica	2.300.549.117	0,93%

continua

RANKING	CÓDIGO CUCI GRUPO	DESCRIÇÃO CUCI	VALOR FOB (US\$)	%
18	575	Outras matérias plásticas em formas primárias	2.287.887.807	0,92%
19	723	Instalações e equipamentos de engenharia civil e contrutores; suas partes	2.182.518.827	0,88%
20	773	Equipamento para distribuição de energia elétrica, n.e.p.	2.177.206.694	0,88%
21	676	Barras de ferro e aço, barras, cantoneiras e perfis (incluindo estacas-prancha)	2.031.771.158	0,82%
22	591	Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens para venda no varejo ou como preparações ou artigos	2.028.629.365	0,82%
23	682	Cobre	2.017.843.248	0,81%
24	699	Artigos de metais comuns, n.e.p.	2.007.401.920	0,81%
25	672	Lingotes e outras formas primárias, de ferro ou aço; produtos semi-acabados de ferro ou aço	1.917.219.696	0,77%
26	673	Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos	1.836.618.310	0,74%
27	542	Medicamentos (incluindo medicamentos veterinários)	1.835.823.474	0,74%
28	722	Tratores (exceto os dos itens 744.14 e 744.15)	1.831.225.292	0,74%
29	675	Produtos laminados planos, de ligas de aço	1.714.621.834	0,69%
30	511	Hidrocarbonetos, n.e.p., e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	1.681.165.741	0,68%
31	582	Chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos	1.651.078.585	0,67%
32	071	Café e substitutos	1.643.207.840	0,66%
33	072	Cacau	1.619.747.207	0,65%
34	821	Móveis e suas partes; roupas de cama, colchões, suportes de colchão, almofadas e semelhantes	1.610.136.815	0,65%
35	775	Equipamentos elétricos e não elétricos de uso doméstico, n.e.p.	1.606.190.694	0,65%
36	554	Sabão, preparações de limpeza e de polimento	1.561.022.265	0,63%
37	598	Produtos diversos das indústrias químicas, n.e.p.	1.556.517.449	0,63%
38	553	Produtos de perfumaria ou de toucador (excluindo sabonetes)	1.499.773.527	0,61%

continua

RANKING	CÓDIGO CUCI GRUPO	DESCRIÇÃO CUCI	VALOR FOB (US\$)	%
39	752	Máquinas de processamento automático de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou óticos, máquinas para registrar dados em suporte sob forma codificada, e máquinas para processamento desses dados, n.e.p.	1.494.200.512	0,60%
40	741	Aquecimento e resfriamento de equipamentos e suas partes, n.e.p.	1.491.561.861	0,60%
41	652	Tecidos de algodão, telas (não incluindo as fitas ou especiais)	1.481.728.907	0,60%
42	012	Outras carn.e.p. e despojos comestíveis de carn.e.p., frescos, refrigerados ou congelados (exceto carne e despojos de carne impópios para consumo humano)	1.443.347.968	0,58%
43	657	Fios especiais, tecidos especiais e produtos relacionados	1.441.891.851	0,58%
44	533	Pigmentos, tintas, vernizes e materiais relacionados	1.436.288.086	0,58%
45	893	Artigos, n.e.p., de plásticos	1.413.976.833	0,57%
46	679	Tubos e perfis ocos, e acessórios para tubos, de ferro ou aço	1.408.564.808	0,57%
47	516	Outros produtos químicos orgânicos	1.371.868.932	0,55%
48	674	Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, folheados ou chapeados, ou revestidos	1.337.254.572	0,54%
49	651	Fios têxteis	1.335.694.800	0,54%
50	772	Aparelhos elétricos para ligação ou proteção de circuitos elétricos ou para conexão de circuitos elétricos (por exemplo, interruptores, relés, fusíveis, pára-raios, limitadores de tensão, eliminadores de onda, plugues e tomadas, suportes para lâmpadas ...)	1.298.656.998	0,52%
		Outros	50.248.141.626	20,28%

Fonte: MDIC (2018)



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO

